

Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA COM ISRAEL MEDEIROS)
rosanahessel.df@dabr.com.br

Confirmações confusas

As autoridades dão números divergentes sobre números de nações confirmadas para a COP, pois usam bases diferentes. No site oficial da ONU, o número de confirmações é menor, pois os registros correspondem à lista de delegados que deverão solicitar credenciamento — ou seja, nomes pré-inscritos e não presenças garantidas. Já o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, espera que 196 países estejam confirmados com as delegações. Mas, conforme dados da Secretaria Extraordinária da COP (Secop), que considera o número de nações que resolveram a estadia em Belém — com reserva e pagamento efetuado —, até ontem 87 fecharam hospedagem e outras 90 estão em negociação. Um total de 157 delegações, acima do mínimo de 132 países exigidos para a condução formal das negociações multilaterais.

Plataforma BNDES

Aproveitando a proximidade da COP30, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou, ontem, a plataforma BNDES Florestas, que organiza e dá transparência às ações da instituição no setor florestal. A iniciativa consolida programas do banco e operações de crédito do Fundo Clima, com foco em restaurar ecossistemas, estruturar cadeias produtivas nativas e conectar crédito a contratos de carbono. De acordo com o BNDES, desde 2023 foram mobilizados R\$ 3,4 bilhões para conservação, recuperação e manejo de florestas, combinando recursos não reembolsáveis, crédito e apoio a concessões. Com isso, foram plantadas 70 milhões de árvores e gerados 23,5 mil empregos.

Manifestação pela demarcação

Aproximadamente 200 indígenas marcharão até o Ministério da Justiça, em Brasília, na segunda-feira, levando um documento do tamanho de uma quadra de vôlei e uma caneta inflável de cinco metros para pedir que Lula conclua as demarcações pendentes das terras dos povos originários até a COP30. O ato é promovido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), com apoio da Avaaz, e integra a programação da Pré-COP Indígena, que acontecerá na capital, na segunda e na terça-feira. O evento será paralelo à Pré-COP dos Estados, em que negociadores se reúnem para buscar consensos para a conferência, que o governo espera que seja a “COP da implementação” ao tirar antigas promessas do papel.

Polêmicas internas da COP30

Não é apenas a confusão em torno dos preços de hospedagem na Lua que assustou dezenas de delegações estrangeiras interessadas em participar da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém, novembro. Às vésperas do evento, integrantes dos ministérios do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão revoltados com a Casa Civil, comandada pelo ministro Rui Costa.

De acordo com fontes próximas aos organizadores, houve limitação do número de representantes de cada pasta, incluindo os órgãos ligados a cada ministério, com exceção do Ministério do Meio Ambiente (MMA) — que é o que tem relação direta com a COP. Os demais podem credenciar, no máximo, quatro pessoas para o evento na capital paraense. Isso vem frustrando os representantes, pois, nas conferências anteriores, nenhum país-sede limitou o número de integrantes do governo.

»»»

Apesar de não confirmar oficialmente, a Casa Civil reconheceu que há limitação no número de leitos na cidade-sede da COP30. Organizadores admitem critérios específicos para cada órgão. Com isso, a frustração é geral, segundo a fonte, “porque recursos do governo para a conferência não faltam”. Indignados, os órgãos do governo que estão se esforçando na agenda climática, criando grupos de trabalho, tinham a expectativa de que haveria uma divulgação das ações na sede da COP, no Parque da Cidade.



Agenda em movimento I

Depois de cancelar a viagem a Washington, onde participaria das reuniões ministeriais do encontro de outono do Fundo Monetário Internacional (FMI), na próxima semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está refazendo a agenda em Brasília. Por enquanto, aguarda ser chamado para a reunião com Lula para buscar uma alternativa de receita à derrubada da Medida Provisória (MP) 1.303/25, que perdeu a validade na quarta-feira. Contudo, o presidente viaja hoje para a Itália, onde participa, na segunda-feira, em Roma, da abertura do Fórum Mundial da Alimentação 2025, principal evento anual da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Deve retornar no mesmo dia.

Agenda em movimento II

Haddad confirmou presença em audiência pública no Senado. A convite do relator da reforma do Imposto de Renda, senador Renan Calheiros (MDB-AL), o ministro participará da sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na terça-feira, para apresentar a estratégia do governo voltada ao Projeto de Lei (PL) 1.087/25 — como os impactos na arrecadação e na progressividade do tributo.

Levantem os escudos

Enquanto parlamentares de oposição sonham com a convocação do irmão de Lula, Frei Chico, à CPMI do INSS, governistas deram início a uma ação nas redes sociais para apontar o que chamaram de “os verdadeiros bandidos” do esquema de desvio dos benefícios de aposentados e pensionistas. O objetivo é evitar que haja desgastes na popularidade de Lula.

»»Entrevista | KIM KATAGUIRI | DEPUTADO FEDERAL (UNIÃO-SP)

“Sou da direita antibolsonarista”

Parlamentar é contrário à anistia para o ex-presidente. Ele reconhece que, dentro do Congresso, o “debate está muito ruim”

» VANILSON OLIVEIRA

O deputado federal Kim Kataguiuri (União Brasil-SP) se define como integrante da “direita antibolsonarista” e afirma que paga um preço alto por isso. É enfático ao afirmar que o ex-presidente Jair Bolsonaro é o culpado pela tentativa de golpe de Estado, mas critica o que chama de “abusos do Supremo Tribunal Federal” no processo. O parlamentar defende que o Brasil precisa de uma direita jovem, liberal e conservadora, mas sem alinhamento com o bolsonarismo. Ao analisar o Congresso, faz uma secura crítica: “O Parlamento está mais preocupado em liberar emendas e blindar escândalos do que em legislar para a população.” A seguir, os principais trechos da entrevista ao *Correio*.

Os bolsonaristas insistem que a anistia aos golpistas pacifica o país. O senhor defende que sejam abonados?

Defendo que as pessoas envolvidas no 8 de Janeiro recebam a pena pelos crimes que cometeram. Não considero que tenham atentado contra o Estado Democrático de Direito, pois não houve dolo (intenção de dar golpe) e não tinham os meios. Contudo, as condenações por vandalismo, depredação e agressão contra policiais devem ser mantidas. Defendo que respondam pelos crimes que cometeram, mas não defendo anistia nem redução de pena para Bolsonaro ou seu núcleo duro.

O STF condenou Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe e outros crimes. O senhor considera a decisão justa? Bolsonaro é culpado?

No mérito, Bolsonaro é autor de uma tentativa de golpe de Estado.

Ele agiu de maneira amadora, deixando vasto rastro de provas, como a impressão da minuta do golpe. Um golpe quase ocorreu, dependendo do “sim” do comandante do Exército, que negou e ameaçou prender o presidente. Contudo, em relação ao processo em si, o Supremo desrespeitou muitos princípios constitucionais — como juiz natural, foro, ampla defesa, contraditório, prazos para resposta da acusação e alegações finais, e negativa de acesso às provas antes da denúncia.

O senhor, hoje, se enxerga em qual campo político? Alinhado ao bolsonarismo, ao Centrão ou prefere se apresentar como voz independente?

Sou de uma direita antibolsonarista, porque sou coerente. Não é possível ser de direita e coerente sendo bolsonarista, pois isso implica endossar incoerências, como nomear um petista para a Procuradoria-Geral da República, afrouxar a Lei de Improbidade Administrativa, acabar com a Lava-Jato, furar o teto de gastos oito vezes e aprovar uma PEC de rombo fiscal de R\$ 150 bilhões.

Isso tem prejudicado ou não sua atuação no Congresso?

Politicamente, só perdi em ser coerente e ser anti-Bolsonaro. Seria muito mais fácil ter um mandato vazio e, simplesmente, colar no Bolsonaro para ter mais votos e audiência, exigindo menos trabalho. Mas esse é o preço de votar de acordo com a consciência.

Como o senhor pretende se posicionar nas eleições do próximo ano? Haverá palanques em que o senhor não subirá de jeito nenhum?

Minha postura não mudou. Sou oposição a Bolsonaro desde 2019.

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Ocupo, com o meu partido, o espaço de uma direita jovem com senso crítico. O palanque que apoiarei é o do meu partido MBL.

Como o senhor traça sua linha de coerência política?

Minha linha de coerência está alinhada ao conservadorismo temporâneo, com raízes no conservadorismo inglês (Edmund Burke) e pensadores contemporâneos (João Pereira Coutinho, Roger Scruton). É um pragmatismo econômico em conjugação com a preocupação em manter o tecido social e preservar os usos e costumes. Diferentemente do liberalismo clássico, que daria total liberdade ao beneficiário do Bolsa Família, o conservadorismo defende restrições, pois entende que o indivíduo não é o *Homo Economicus*

dos livros liberais, e nem sempre toma a melhor decisão para si próprio.

Que análise o senhor faz hoje da Câmara dos Deputados? Há uma percepção de que este é o pior momento da Casa.

Acho que desde 1988 o Congresso nunca foi bom. Há uma falsa ilusão de saudosismo. O debate antigo era apenas mais elitista. A política brasileira sempre teve uma corrupção profundamente enraizada. Hoje, há mais transparência, embora os escândalos estejam mais escancarados. O Parlamento brasileiro nunca foi exemplo de republicanismo ou de debate qualificado. Contudo, concordo que, hoje, o debate está muito ruim. O Parlamento está mais preocupado em ter emendas pagas e escândalos de

corrupção blindados do que em legislar para a população. Há muitos parlamentares — a maior parte deles — desqualificados, que votam sem ler ou entender o que está sendo debatido.

O senhor apresentou um projeto que endurece penas contra quem fabrica ou comercializa bebidas falsificadas. Por que tratar esse crime como grave contra a vida e não como infração sanitária?

Não deve ser apenas uma infração administrativa, pois coloca em risco a vida das pessoas ou pode causar uma lesão permanente, como tornar alguém deficiente visual. Por isso, tem que haver uma sanção penal rigorosa. Não faz sentido ter uma pena



Bolsonaro é autor de uma tentativa de golpe de Estado. Ele agiu de maneira amadora, deixando vasto rastro de provas, como a impressão da minuta do golpe. Um golpe quase ocorreu, dependendo do ‘sim’ do comandante do Exército, que negou e ameaçou prender o presidente”

menor do que a de lesão corporal grave, se a falsificação causar ou tiver o potencial de causar uma lesão permanente. Assumir esse risco é motivo suficiente, sendo considerado um crime de perigo abstrato.

A PEC da Blindagem foi rejeitada no Senado, após intensa pressão popular. O texto deveria ser enterrado de vez ou há espaço para retomar a discussão?

Zero chance. O texto é horrível, imprestável, não há nada que se salve nele. O que precisamos tratar, para uma discussão séria sobre o abuso do STF, é: mandato de ministro do Supremo; retirar o Supremo do Judiciário; limitar a decisão monocrática; e limitar as ações constitucionais.